

Pacotes no horizonte

Todo esforço será feito até quarta-feira para o Congresso aprovar o que o ministro Fernando Henrique Cardoso considera indispensável para a continuação de sua missão. Não há sentido em negar as condições pedidas pelo ministro, principalmente se desde o início ele tenta fazer pela primeira vez uma reforma econômica pela via do diálogo.

Mas também não há lógica em se esperar de um Congresso que cometeu a insensatez de aprovar aumento de Imposto de Renda para os cidadãos e não para as empresas, e que está enfiando goela abaixo da nação uma escandalosa anistia fiscal de US\$ 93 bilhões para os devedores de empréstimos rurais, a lucidez de oferecer ao ministro da Fazenda instrumentos para baixar a inflação.

Se o Congresso aprovar o que o ministro pede, ao menos deixará com ele a responsabilidade principal pelo combate à inflação e não poderá ser acusado do agravamento da crise econômica. Se não aprovar, o jogo da radicalização estará deflagrado.

Se já não conta mais com o Congresso, o ministro terá dois caminhos. Ir embora ou fazer a reforma da economia por pacote, por decreto ou medida provisória, de ci-

ma para baixo. Há sinais de que o governo não pretende ficar passivo se for confirmada a resistência do Congresso ao plano econômico.

Na entrevista de dois dias atrás, Fernando Henrique Cardoso disse que não acredita mais na energia deste Congresso. Ao mesmo tempo, afirmou que o presidente tem a faca e o queijo na mão. Ontem, o líder Pedro Simon admitiu que o governo pode radicalizar, baixando pacotes.

Há dúvidas se um eventual pacote econômico seria baixado com Fernando Henrique ainda no Ministério da Fazenda. Ele não poderá jamais ser acusado de não ter tentado antes a negociação, o diálogo. Como disse, foi o ministro da Fazenda que mais tempo passou dentro do Congresso, reunindo-se com líderes e com bancadas de partidos. A questão é saber se a equipe de doutores da Fazenda aceitaria recheiar o próprio currículo com mais pacotes. A maior parte deles tem traumas do choque do Plano Cruzado, de 1986.

Para o governo, de qualquer forma, só há três alternativas: o apoio do Congresso, a necessidade de pacote, com ou sem Fernando Henrique, ou o caos anunciado na economia.